

A CARTOGRAFIA DOS CULTOS RELIGIOSOS NO ALTO ALENTEJO EM ÉPOCA ROMANA: UMA LEITURA DE CONJUNTO

ANDRÉ CARNEIRO*
Universidad de Évora

RESUMO: El conjunto de epígrafes romanos de carácter votivo procedente del Alto Alentejo (Portugal) asciende a más de cuarenta ejemplares. Aquí se presentan algunas consideraciones sobre el posible lugar de procedencia de las piezas.

ABSTRACT: In the North Alentejo (Portugal) there are more than forty votive inscriptions in the Roman period. Some considerations are presented about the possible archaeological sites and/or sanctuaries that are known in the region.

INTRODUÇÃO

A investigação arqueológica realizada no território do Alto Alentejo permitiu identificar até ao momento um conjunto de mais de quarenta epígrafes contendo formulário votivo. Trata-se de um número relevante, tendo em consideração a descontinuidade da investigação produzida, não esquecendo as numerosas áreas regionais e locais onde o grau de conhecimentos é relativamente escasso. Embora o elenco final reflecta essas descontinuidades, com importantes desequilíbrios regionais, constitui mesmo assim um lote numericamente muito interessante.

Vários ângulos de abordagem podem ser lançados sobre este conjunto, dado o feixe de conteúdos de âmbito religioso, social e cultural que as epígrafes votivas contêm. Todavia, o aspecto que aqui mais interessa explorar tem a ver com a tentativa de determinação do contexto arqueológico de proveniência, situação sobre a qual a investigação raramente se deteve. Em alguns dos casos a informação é um pouco mais específica, embora em nenhum seja absolutamente precisa¹. Como

* Colaborador do CHAIA-UE: Centro de Historia de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora.

¹ Ou seja, não há uma única epígrafe sobre a qual saibamos o exacto local onde a peça foi achada. Não dispomos de nenhuma planta ou fotografia da estrutura ou enquadramento de proveniência, mesmo nas raras situações em que a descoberta ocorreu em contexto de escavação.

veremos, em alguns casos podemos apontar o sítio arqueológico concreto, em outros a possível área de proveniência, mas na maior parte das situações a epígrafe aparece-nos como uma peça solta, desgarrada de qualquer local ou de contexto.

O presente estudo enquadra-se no projecto de investigação *PRATA. Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*, que tem uma vertente espacial muito forte, ou seja, que procura localizar no terreno os sítios e contextos de interesse arqueológico para o quadro temporal de referência, definindo as materialidades da presença romana na região. Por este motivo, esse é o ângulo de abordagem aqui escolhido: procurar caracterizar os sítios de proveniência das epígrafes sob o ponto de vista físico, funcional e contextual. Outras considerações sobre os conteúdos civilizacionais do conjunto epigráfico serão abordadas em estudos posteriores, com integrações culturais mais vastas.

Um comentário sobre a área territorial em estudo. Incluem-se aqui as epígrafes conhecidas no actual distrito de Portalegre² e também as provenientes dos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, já situados no distrito de Évora, por se considerar que na época este território faria parte de um universo cultural e civilizacional homogéneo, embora actualmente se encontre separado sob o ponto de vista administrativo.

CATÁLOGO E COMENTÁRIOS

Apresenta-se o elenco das epígrafes votivas do Alto Alentejo, comentando-se o seu local concreto de proveniência³.

I⁴. Salavessa (Montalvão, Nisa)

LV[P]VS • LAN/CI • [filius] QVAN/CEIO • TAN/NGO • / V (*otum*) • S (*olvit*)

A ara encontra-se hoje depositada em colecção particular, tendo sido realocada aquando dos trabalhos no âmbito do Plano Director Municipal conduzidos por uma equipa da Universidade de Évora⁵.

² À excepção da freguesia de Belver, concelho de Gavião, por estar situada já na margem direita do rio Tejo, embora com a noção de que no seu âmbito são provenientes epígrafes votivas de relevante valor.

³ As referências bibliográficas são as principais; através da consulta o leitor poderá encontrar indicações mais específicas.

⁴ PDM Nisa nº 135; Encarnação, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* [IRCP]. Coimbra. nº 641; Encarnação, José d' (1988), *Nisa ao tempo dos romanos*. Alarcão, Jorge de (1988), *Roman Portugal* [RP]. London. 6/18.

Não existe qualquer informação sobre o seu contexto de proveniência. Na zona de Salavessa não são conhecidos sítios romanos que possam ser relacionáveis com esta peça. Próximo do aglomerado urbano existe a localmente designada *Salavessa Velha* ou *Salavessinha*, mas aparentemente trata-se de um sítio medieval sem ocupação no contexto temporal em análise.

II⁶. Capela da Senhora dos Prazeres (Senhora da Graça, Nisa)

[...] VS • Q/[VAN]/CEI[O] / TAN[GO?] V(*otum*) • S(*olvit*) • L(*ibens*) •
M(*erito*)

Ara votiva que se encontra embutida em lintel de um anexo na Capela da Senhora dos Prazeres, no complexo cultural da Senhora da Graça. Por se encontrar em contexto secundário, desconhece-se a sua proveniência original.

III⁷. Cruzeiro da Senhora da Graça (Senhora da Graça, Nisa)

[...] QV/[AN]GEO V(*otum*) / A(*nimo*) L(*ibens*) [S(*olvit*)]

Tal como o anterior, encontrada em contexto secundário e também reutilizada como elemento de construção de um imóvel. Neste caso a peça foi localizada na parede de um palheiro junto ao cruzeiro de Senhora da Graça. Não foi atribuído um paradeiro de proveniência.

Esta epígrafe e a precedente serão certamente provenientes do próprio monte de Senhora da Graça, um santuário de grande relevância na organização simbólica do actual espaço a Norte de Nisa e cuja elevação alberga um povoado com ocupações da Idade do Ferro e romana. Vigando a passagem da ribeira de Nisa, onde actualmente se encontra uma ponte de provável fábrica romana, o local terá perpetuado uma relevância cultural e religiosa até à actualidade. Próximo do cruzeiro terá existido um outro local com ocupação em época romana, ainda insuficientemente caracterizado e hoje conhecido como *Nisa Velha*. Em conjunto com o exemplar de Salavessa, testemunham uma forte implantação de um culto à divindade pré-romana *Quangeo* ou *Quanceio*, uma diferença certamente derivada da dificuldade de grafar a oralidade e que também ajuda a determinar o substrato cultural do universo cultuante.

⁵ PDM Nisa nº 135. Os trabalhos foram coordenados por Jorge de Oliveira, tendo a equipa no terreno sido composta por Margarida Ribeiro e Mário Pinto.

⁶ Carvalho, Rogério (1987), Ara votiva de N. Sr.^a dos Prazeres (Nisa). *Ficheiro Epigráfico* [FE] nº 23, nº 106; PDM Nisa nº 57.

⁷ Curado, Fernando P. (1987), Fragmento de ara de Nisa. *FE* 23, nº 103; PDM Nisa nº 58.

IV. Pêro Galego (Montalvão, Nisa)

Deste local são provenientes três aras:

IV.1⁸. CELTIVS / TONGI / F(*ilius*) • IOVI R/EPVLSO(*ri*) / A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) • S(*olvit*)

IV.2⁹. CIRME / CRI • SER/ VOTVM / SOLVIT

IV.3¹⁰. TANGINVS / DOCQUIRI F(*ilius*) IO/VI REPVLSORI / [ANI]MO [LIBE]/NS [V(*otum*) S(*olvit*)?]

As três epígrafes configuram uma das situações mais interessantes que esta área regional apresenta: a possibilidade de estarmos perante uma estrutura cultural de homenagem a *Iupiter*, aqui com o epíteto *Repvlsori*¹¹. Sendo aparentemente todos os cultuantes indígenas (incluindo a curiosa denominação *Celtius*, que em outros momentos arqueográficos poderia acender a discussão sobre as “áreas culturais” pré-romanas), testemunha-se neste conjunto a adesão das comunidades locais, quer à devoção, quer às linguagens plásticas de expressão dos seus sentimentos face às divindades do panteão clássico.

As indicações expressas por Leite de Vasconcelos são as seguintes: “*herdade de Pero Galego [...] onde apareceram as lapides no sitio da Fonte de Feia, numa vinha*”¹², estando duas em contexto secundário, reaproveitadas em construções. Uma terceira (IV.2.) foi identificada posteriormente à visita do fundador do actual Museu Nacional de Arqueologia (MNA): “[...] o D.^o Basso [...] trouxe-me a boa nova do aparecimento de mais uma ara nesta última herdade [...]”¹³.

A informação de Leite de Vasconcelos pode ser confirmada pela leitura do seu epistolário, depositado no MNA. Em carta enviada pelo seu correspondente José Fraústo Basso de 05-05-1931 lê-se: *Comunico hoje a agradável noticia de que nesta data seguiram para Belem em quatro caixotes, com o peso total de 450 qui-*

⁸ Vasconcelos, J.L. (1930-1931), “Antiguidades Alentejanas”. *O Archeologo Português*. Lisboa, Série I, XXIX: 173-185, menção na p. 183; Lambrino, Scarlat (1967) *Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. O Archeólogo Português*, 3ª série I, p. 123-217; Encarnação, José d’ (1977) “Epigrafia do Nordeste Alentejano. Nisa, Torre de Palma e Silveirona”. *Conimbriga XVI*: 59-67 (referido na p. 59-61); IRCP nº 638; PDM Nisa nº 181.

⁹ Encarnação, 1977: 66-67; PDM Nisa nº 183; IRCP nº 639.

¹⁰ Vasconcelos 1930-1931: 184; Encarnação 1977: 61-65; IRCP 640; PDM Nisa nº 182; RP 6/20.

¹¹ Geograficamente próximo, na zona de Caceres também se documenta a homenagem a IOVI REPVLSORI, em Valencia de Alcantara, e RPLVTSORI, em Mata de Alcantara, epígrafes onde também são evidentes as numerosas semelhanças antropónimicas nos dedicantes (Encarnação, 1977: 63-64).

¹² Vasconcelos 1930-1931: 183.

¹³ 1930-1931: 184.

logramas, as quatro inscrições romanas [...] três das pedras que seguem foram encontradas no sítio da Fonte da Feia¹⁴.

Esta referência é particularmente relevante pois a herdade de Pêro Galego já não se encontra grafada na Carta Militar 1: 25.000, mas é localmente conhecida entre a população de Montalvão. Dentro da herdade temos as casas do Monte da Feia (onde estavam as epígrafes reaproveitadas) e o alto da Feia, onde se encontra o marco geodésico.

A vinha referida já não existe, o que inviabiliza a definição correcta do achado. No topo da elevação e encosta oriental nenhum indício material foi encontrado durante as prospecções realizadas, sendo evidente a implantação dominante e a panorâmica que dali se desfruta. Dada a inexistência de notícias de achados nesta herdade é de supor que a proveniência das epígrafes seja de uma estrutura cultural e não do âmbito doméstico de uma *villa*, que de resto na zona não se conhece. Outro elemento a ter em consideração é a homogeneidade material e artística do conjunto de epígrafes, denunciando uma oficina local nas proximidades do santuário. Por estes motivos temos um micro-território que mereceria um programa de prospecções muito sistemáticas.

V¹⁵. Tapada de PaiAnes (Póvoa e Meadas, Castelo de Vide)

P(*ublius*) CARMINI / VS MACER EX VOTO

O caso da Tapada de PaiAnes é paradigmático das dificuldades que se colocam no rastrear dos contextos de campo a partir das informações antigas e do modo como as alterações na estruturação da paisagem – neste caso, dos registos de propriedade – colocam entraves a uma correcta percepção do percurso dos materiais e dos próprios sítios.

Os trabalhos relativos à revisão do Plano Director de Nisa não mencionam qualquer sítio de época romana no território desta herdade. Da mesma forma, as prospecções feitas e a recolha de informações orais não permitiram detectar qualquer evidência – o que, sublinhe-se devidamente, não significa que uma pesquisa mais apurada não venha a encontrar elementos significativos visto que nos trabalhos de campo realizados no âmbito do projecto *PRATA* não houve um propósito de sistematicidade.

¹⁴ Correspondente n° 2998, carta 1756, sublinhado original. A estadia de José Leite de Vasconcelos na região decorreu em Abril desse ano, portanto, o envio das epígrafes foi feito nos dias imediatamente posteriores.

¹⁵ PDM Nisa n° 106; IRCP n° 637.

No entanto, na margem esquerda da ribeira de Paianes, já no actual concelho de Castelo de Vide, encontra-se um notável sítio arqueológico. Trata-se do local de Mosteiros, onde nos anos setenta foi escavado um forno romano no âmbito dos trabalhos da Carta Arqueológica de Castelo de Vide¹⁶. Embora a autora refira uma vasta área e que *os vestígios do domínio romano estendem-se por terrenos de diversos proprietários* (p. 139), parte dos núcleos estruturais parecem não ter sido detectados pois não estão mencionados ao longo do texto. Mas a situação não havia escapado, muito tempo antes, à atenção de Leite de Vasconcelos que expressamente declara que *a sua extensão é que era muito grande [...] não inferior a quatro hectares*¹⁷. É através deste autor que se esclarece a situação: *Passemos às ruínas. Ficam na antiga herdade da nobre família de Linhares, que a aforou em vários lotes – herdade situada entre a vila de Nisa e o lugar de Póvoa e Meadas. [...] Ao lavrar-se a terra, descobriram aí os arados, este ano, alicerces antigos de casas [...]. Dr. Basso [...] mandou fazer pesquisas cautelosas [...] não havia duvida que elas [ruínas] eram romanas.* (p. 178).

A progressiva compartimentação de uma grande propriedade levou às subsequentes alterações toponímicas, e hoje o terreno é conhecido por Mato da Póvoa ou, no local específico das ruínas, de Mosteiros, fruto da existência de antigas construções medievais que, aliás, reaproveitam abundantes materiais e cavalgam estruturas romanas. O próprio Dr. Basso, na epístola já citada¹⁸, apresenta *a restante [epígrafe] no Mato da Povoá ou Pai Anes*.

Quanto ao sítio de proveniência, Leite de Vasconcelos considerava a hipótese de se tratar de um *vicus* ou de uma *villa* (p. 179), sendo esta segunda opção depois reproduzida em RP 6/35, deduzindo-se que Publius Carminius Macer fosse um dos seus proprietários. Os núcleos estruturais visíveis no terreno, no entanto, obrigam a considerar outras opções. As sucessivas plataformas ao longo da elevação apresentam indicadores de grande monumentalidade, como a meia encosta um *podium* de silhares graníticos que constituía o embasamento de uma estrutura de elevada volumetria, ou um conjunto rectangular de meia cana parecendo pertencer a um espelho de água que emolduraria uma construção encimando o topo da elevação, constituindo um verdadeiro marcador referencial da paisagem (dado o amplo panorama que abrange). Nesta leitura, e sem quaisquer outros dados para além dos observados no terreno, será lógico supôr que neste local não teríamos uma mera *villa* nem um aglomerado urbano, mas o que poderá ter sido um complexo (cultural?)

¹⁶ Rodrigues, Maria C. (1975), Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide, Lisboa, p. 139-145; é por esta menção que o local surge em inventários posteriores, como em RP 6/35 (entrada PaiAnes) e 6/36 (entrada Mosteiros) e Gorges, Jean-Gérard (1979), *Les Villas Hispano-Romaines: inventaire et problématique archéologiques*. Paris, nas pp. 464-465.

¹⁷ 1930-1931: 179.

¹⁸ Ver nota 6.

com valores patrimoniais ainda hoje significativos distribuindo-se em socalcos ao longo da elevação.

VI. Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão)

Da cidade são provenientes as seguintes epígrafes:

VI.1¹⁹. GENIO • OPPID[I] / CONSTITVT[I] / SACRVM // C(aius) ANNIVS / VALENS / A(nimo) L(ibens) D(edit)

VI.2²⁰. I(ovi) O(ptimo) MAX(imo) / AELIA [?] / MAXIM/A TITVL/I (filia) A(nimo) • L[IBEN]/S • V(otum) • S(olvit)

VI.3²¹. IOVI / O(ptimo) • M(aximo) / T(itus) CATEIVS [?] / QVIETVS

VI.4²². IOVI / SACRVM / FAVSTVS • / BASSI • LIB(ertus) / A(nimo) • L(ibens) • V(otum) • S(olvit) •

VI.5²³. IOVI • O(ptimo) • / M(aximo) • FVSCA • / VITVLI • LIB(erta) / A(nimo) • L(ibens) • S(olvit)

VI.6²⁴. OCRIMIR/AE • SAC(rum) • / IVLIA • SA/TVRISCA / A(nimo) • L(ibens) • V(otum) • S(olvit)

Sobre este conjunto epigráfico obviamente não há grandes considerações a ter em termos de proveniência, dado que se trata da consabida cidade de *Ammaia*. A concentração de epígrafes a Iovi Ótimo Máximo também não é surpreendente, tendo em conta a expressão do culto imperial consubstanciada na estrutura do templo que coroa o fórum. Quanto à manifestação de Ocrimira, uma divindade local, é de considerar a hipótese já proposta por Vasco Mantas de haver no complexo do fórum (ou em outro ponto do aglomerado urbano) um segundo templo, congregador das comunidades locais²⁵. De referir ainda que as epígrafes são dedicadas por

¹⁹ Bibliografia: IRCP nº 604.

²⁰ Bibliografia: IRCP nº 605.

²¹ Bibliografia: IRCP nº 606.

²² Bibliografia: IRCP nº 607.

²³ Bibliografia: IRCP nº 608.

²⁴ Bibliografia: IRCP nº 609.

²⁵ Mantas, Vasco (2000), “A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*.” Gorges, J.G. e Nogales Basarrate, T. (coord.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana*, IVª mesa redonda internacional, Mérida: 391-420 (nas pp. 405-408). Sendo interessante notar que, embora o formulário seja absolutamente latino, a dedicante será indígena.

índigenas ou libertos, o que diz muito do substrato étnico que compunha a população da cidade²⁶.

Desta área regional, eventualmente da cidade ou das suas imediações, temos a seguinte epígrafe:

VI.7²⁷. Barretos (Beirã, Marvão)

TOGAE • AL/ MAE S(*acrum*) • NO/VELA • NA/NIAE • LIB/ERTA / V(*otum*) • A(*nimo*) • L(*ibens*) • S(*olvit*)

A epígrafe é proveniente de um local com topónimo sugestivo, Fonte dos Mortos, onde Afonso do Paço²⁸ identificou uma necrópole relacionada com um local de habitat. Mais uma vez, temos expressamente mencionado uma liberta, com a curiosa denominação “Nania”, indicando talvez uma ama. No local, tirando a fonte, nada mais se encontra, embora nas imediações se situem vários povoados da Alta Idade Média. Tratando-se de uma epígrafe com conteúdos inteiramente indígenas, seria interessante definir melhor a malha de povoamento da Idade do Ferro, que nesta área ainda não é bem conhecida.

VII²⁹. Mascarro (S. João Baptista ,Castelo de Vide)

[...] / [VS?] IVNII / IQALV [?] / ARI [?] A(*nimo*) L(*ibens*) / V(*otum*) S(*olvit*)

É seguro o contexto de proveniência da peça, tratando-se de uma *villa* que foi inclusivamente alvo de trabalhos de escavação³⁰, que permitiram determinar uma longa sequência de ocupação no local. Todavia, não é mencionado o exacto local de proveniência da epígrafe, que nos aparece assim como um elemento descontextualizado, embora provavelmente fizesse parte de um *lararium* doméstico.

²⁶ “Em 1998 surgiu uma segunda ara, dedicada ao *genio ammaiensis*, no sítio das Hortas Velhas (Alvarrões) [...] embora em prospecções ali realizadas não registássemos qualquer vestígio arqueológico”, em Pereira, Sérgio (2005), “A freguesia da Aramenha sob o domínio romano”. Oliveira, Jorge de (coord.), São Salvador da Aramenha. Histórias e Memórias da Freguesia. *Ibn-Maruan* 13: 35-61 (referência na p. 59). Não é possível perceber se se trata da mesma referida em Mantas, 2000: 406 e 407 como tendo sido encontrada na Quinta de Deão: *Genio Am/aici ara / possit*. Por estas dúvidas esta(s) peça(s) não consta(m) do presente inventário.

²⁷ Bibliografia: IRCP nº 611; Oliveira, J. de; Pereira, S.; Parreira, J. (2007), Nova Carta Arqueológica do concelho de Marvão. *Ibn-Maruan* 14, nº 159; também RP 6/62A.

²⁸ Paço, Afonso do (1953), “Carta Arqueológica do concelho de Marvão”. *Congresso luso-espanhol para o progresso das ciências – 7ª secção. Ciências históricas e filológicas*. Lisboa, 1950, Lisboa: 93-119. A menção surge na p. 109.

²⁹ Bibliografia: IRCP nº 613; RP 6/57.

³⁰ Rodrigues, 1975: 170.

De salientar o contraste entre o correcto modelamento do suporte pétreo da peça e a fruste gravação do campo epigráfico (que explica as dificuldades de leitura que a peça apresenta), o que pode indicar que a peça foi adquirida algures e só mais tarde gravada no próprio local.

VIII³¹. Colegiada (Santiago Maior ,Castelo de Vide)

[...] / MAR[CI F(*ilius*)] (?) / EX CO[NS(*ulto*)] (?) / ANDAIECQ / P(*ius*?)
P(*osuif*?)

Recolha de superfície em zona onde se encontram alguns alinhamentos de muros que podem corresponder à existência de uma *villa* ou, mais possivelmente, do próprio santuário: [...] *A ara foi recolhida cerca de cem metros para norte do sítio onde actualmente são visíveis vestígios de alguns alinhamentos [...]*”. A memória de existência de uma igreja sobreviveu na tradição oral, mas o local não foi ainda caracterizado de forma satisfatória.

Representa a primeira menção conhecida à divindade indígena, *Andaieco*. O aspecto mais notável desta epígrafe, datada do início do Império, é o modo como uma divindade pertencente ao “fundo local” apresenta em data tão precoce um culto de carácter oracular, o que desde logo faz sugerir a provável existência de um templo que albergasse o culto e um conjunto de práticas associadas que, embora consagradas a uma divindade indígena e provavelmente processadas também por autóctones, se estrutura e organiza já segundo preceitos e formas claramente latinos. Este conjunto de conteúdos implica que o sítio de proveniência deva ser devidamente caracterizado e estudado pela sua originalidade.

IX³². Monte do Chocanal (Crato e Mártires ,Crato)

IOVI / OPTVMO / MAXVMO / VICANI / CAMALO / C [...] IN [?]

Uma das epígrafes mais interessantes para esta região, não tanto pelo teónimo indicado mas pelo raro exemplo do dedicante: os *vicani camalo*[cani?, census?], em dedicação conjunta, que nos indicam a existência de um aglomerado urbano de importância secundária próximo da actual localidade de Crato que certamente teria um altar ou uma estrutura onde estaria colocada esta epígrafe (infelizmente hoje em paradeiro desconhecido).

Não tem sido fácil encontrar uma correspondência entre a menção e as realidades materiais no terreno. Na base de dados *Endovélico* a respectiva ficha de sítio

³¹ (1995a) Ara votiva da Colegiada. *FE* 49, nº 221. Coimbra.

³² Bibliografia: IRCP nº 609; RP 6/104.

menciona *uma área de cerca de 1200m²*, que obviamente parece pouco coincidente com a importância de um *vicus*, e ainda *um muro construído com grandes blocos de granito*, eventual *podium* de uma estrutura³³. Junto à actual casa agrícola encontravam-se alguns blocos de granito que não foram poupados pelas recentes obras de recuperação do imóvel, e em alguns pontos dispersos são visíveis manchas de cerâmica de construção, mas em nenhuma circunstância se encontraram indícios de um ponto de povoamento concentrado ou agrupado. Dada a raridade da menção epigráfica, trata-se de (mais um) local que merecia uma investigação atenta e devidamente estruturada, inserido em zona que na época terá sido importante local de passagem e circulação.

X³⁴. Reguengo (? , Alter do Chão)

[...] [ITA?] / [...] RECIP [...] / [A]VITI • F(*ilius*) / V(*otum*) • A(*nimo*) • L(*ibens*) • [S(*olvit*)]

Peça de difícil leitura e interpretação, objectivamente uma das menos esclarecedoras neste elenco, e também uma das situações onde é mais difícil a correspondência entre a peça e o local de proveniência. Foi encontrada *numa arrecadação da Coudelaria de Alter, mas provém de um sítio próximo denominado Reguengo*³⁵. Apesar um projecto de investigação recente ter realizado prospecções sistemáticas no perímetro da Coudelaria, a situação permaneceu inconclusiva: *Desconhecemos onde estes autores terão obtido essa informação, contudo, na área do Reguengo, tanto no interior da Coudelaria, como fora, não identificámos vestígios romanos que justificassem a presença desta ara*³⁶. Uma questão em aberto, portanto.

XI³⁷. Revelhos (São Bartolomeu, Arronches)

LIBI/RAII

Epígrafe com menção insólita, pois *são pouco frequentes as dedicatórias feitas exclusivamente a Libera; a deusa surge associada, dum modo geral, a Liber,*

³³ De resto, as referências seguintes são bem mais enigmáticas: *Na vertente oeste, aparece [?] a camada de destruição [?], constituída por imbrices*. De acordo com a Base de Dados *Endovélico*, <http://www.ipa.min-cultura.pt/>, consultada em Abril de 2008.

³⁴ Bibliografia: IRCP n° 614.

³⁵ Timóteo, Maria Abranches (1978), “Arqueologia romana do concelho de Alter do Chão (Subsídios para o seu estudo)”, *Actas das IIIas Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: 273-292, referida na p. 282.

³⁶ Oliveira, Jorge de (2006), *Património arqueológico da Coudelaria de Alter*. Lisboa/Évora, citação da p. 226.

³⁷ Bibliografia: IRCP n° 567; RP 6/157.

*formando um par favorável à fecundidade ligado ao movimento dionísíaco*³⁸. Trata-se portanto de um raro testemunho do culto a Libera, aqui autonomizada³⁹.

O local de proveniência apresenta conteúdos muito relevantes. Subjacente à elevação onde se ergue a igreja de S. Bartolomeu, sede da antiga freguesia homónima, encontra-se um extenso sítio romano, infelizmente muito afectado pelos usos posteriores do solo. No local já António Thomaz Pires havia recolhido algum material arqueológico para o Museu de Elvas⁴⁰, registando ainda a existência de mosaicos. A curta distância encontramos um troço de via romana, possivelmente incluído no Itinerário XV de Antonino, que apresenta outros testemunhos nas proximidades. Os vestígios no local são suficientemente relevantes para que Mário Saa (1967: 40-41) tivesse proposto aqui a localização da *mansio* de *Matusarum*, mas não é possível perceber, para já, se estamos perante um sítio desta categoria, de uma *villa* ou de um santuário sob a actual igreja.

XII⁴¹. Ervedal (Ervedal, Avis)

FONTAN[O] [?] / SACRVM / THREPTVS C(aii) APPVLEI / SILONIS • SER(vus) V(otum) S(olvit) L(ibens) • A(nimo) / OB • AQVAS • INVENTAS

A notícia da identificação da epígrafe é-nos dada por José Leite de Vasconcelos: [...] *a ara encontrou-se em 1870 num campo chamado Tapada da Alameda [...]. Ao pé havia uma nascente grande de agoa [...]. A superfície do terreno descobrem-se muitos cacos antigos*⁴². O sítio encontra-se actualmente em escavações promovidas pela Câmara Municipal de Avis, esperando-se que seja possível determinar a funcionalidade e características estruturais deste local, onde Leite de Vasconcelos já descobrira “parte de uma casa”. No local encontra-se uma fonte, motivo do agradecimento *ob aqua inventas*.

XIII⁴³. Castelo (Maranhão, Avis)

RVFINV/S RVFI F(ilius) / BANDI • S|AISABR|O • V(otum) A(nimo) L(ibens) S(olvit)

³⁸ IRCP nº 567.

³⁹ Na zona de Cáceres conhecem-se epígrafes com a menção ao par, mas também uma, encontrada em Herguijuela, apenas com a menção *Liberæ* (Sánchez Abal, J.L. e Salas Martín, J. (1983), “Catálogo epigráfico de Cáceres. Nuevas aportaciones”. *Norba* IV: 263-268).

⁴⁰ Pires, António T. (1901), “Catalogo do Museu Archeologico de Elvas”. *O Archeologo Português*, VI: 209-236.

⁴¹ Bibliografia: IRCP nº 437; RP 6/135.

⁴² Vasconcelos, José Leite (1905-1913), *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, III volume, p. 620-621.

⁴³ Diogo, A.D. (1994), Ara votiva identificada em Avis (*Conventus Pacensis*). *FE* 46, nº 206.

Epígrafe que apresenta conteúdos muito interessantes, dada a menção a um teónimo pertencente ao grupo *Band-*, com o epíteto (local?) *Saisabro*. Mais uma vez temos um dedicante local, que embora utilize nomes latinos “*Rufino, filho de Rufo*”, se identifica ao modo indígena (um único nome), cultuando uma divindade do “fundo local” mas de acordo com os preceitos e formas latinos, nomeadamente com a oferenda de uma ara votiva que no entanto apresenta caracteres absolutamente rústicos. Em resumo, um cultuante indígena de uma divindade indígena expressa a sua devoção de modo absolutamente “romano”.

Apesar do sugestivo topónimo não se conhecem ocupações antigas no local⁴⁴. Todavia, na base da elevação encontra-se a *villa* de Bembelide, em cujas casas do monte a peça foi recolhida, um sítio que foi objecto de intervenção arqueológica nos anos setenta, tendo sido posteriormente *destruída por movimentação de terras*⁴⁵. Objectivamente, no entanto, não é fácil estabelecer a relação entre a epígrafe e a *villa*.

XIV⁴⁶. Torre de Palma (Vaiamonte, Monforte)

M(*arcus*) • COELI[VS] / CEL[S]VS / MARTI / A(*nimo*) L(*ibens*)

Executado por um dos prováveis proprietários da *villa*, um testemunho epigráfico do culto a Marte, ficando por saber se na sua vertente fecunda, enquanto protectora da fertilidade agrícola e benfazeja dos campos⁴⁷, ou enquanto divindade guerreira, como sugere a postura militar da divindade retratada.

Infelizmente, apesar de se tratar de um sítio extensamente escavado, não conseguimos perceber qual o contexto de descoberta da epígrafe. Apesar da importância do achado, a primeira menção apenas merece uma lacónica referência de Manuel Heleno: [...] *uma grande igreja do séc. XIV. Próximo encontrou-se posteriormente uma ara [...]*⁴⁸. A análise da correspondência enviada por João Lino da Silva, funcionário do MNA encarregue de orientar os trabalhos no terreno, menciona o achado da ara *dentro de um poço*⁴⁹ o que objectivamente não é muito esclarece-

⁴⁴ Situação observada nas prospecções no âmbito da Carta Arqueológica de Avis efectuada por Ana Ribeiro, a quem agradeço a informação.

⁴⁵ Conforme se lê na ficha de sítio do *Endovélico*.

⁴⁶ Bibliografia: IRCP nº 568; RP 6/144.

⁴⁷ Marte enquanto ‘defensor’, zelando pela prosperidade agrícola, protegendo a exploração agrícola das intempéries e catástrofes naturais: Catão, *De agricultura* 141.

⁴⁸ Heleno, Manuel (1962), “A *villa* lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte)”. *O Arqueólogo Português*, Série IV: 313-338, surgindo a indicação na p. 337, nota 1. Manifestamente a peça não captou a atenção de Heleno, embora seja de notar que as escavações no local decorriam sem a presença do então director do Museu Nacional.

⁴⁹ Cartas de J. Lino da Silva, Maço Extra, entrada de 17.XI.62, Arquivo Manuel Heleno, MNA.

dor e inviabiliza a possibilidade de percebermos onde estaria o *lararium* doméstico, ou um eventual templo, no qual a peça estaria colocada. Todavia, em nenhum caso é evidente a suposta sobreposição entre a basílica paleocristã e um putativo templo a Marte que se encontrará sob o edifício de culto cristão⁵⁰. J. Lancha e P. André⁵¹, de forma mais consistente, propõem a atribuição de uma pequena estrutura (denominada E2) no centro do “pátio dito nobre” como um “pequeno templo prostilo de tipo *naiskos*”, em função, também, da sua inusual orientação face ao restante edificado envolvente, sendo esta interpretação também feita com base na análise da planta arquitectónica.

Seria interessante perceber qual a relação deste proprietário (porque certamente estaremos perante uma expressão votiva doméstica) com a primeira grande reformulação estrutural do local, pois a epígrafe será datável da transição do século I para o II. Seria Marcus Coelius Celsus um itálico que iniciou o primeiro grande programa de construções no local, em contexto de colonização na região?

XV⁵². Santa Maria (Monforte, Monforte)

NYMPHIS / AVITVS / PROCVLI / F(*ilius*) • PRO SA/LVTE
•FLA/CCILLAE • FL/ ACCI (*filiae*) • VC/XORIS • SVAE / V(*otum*) • L(*ibens*) •
A(*nimo*) • S(*olvit*)

Segundo testemunho do culto às ninfas recenseado nesta zona, aqui com propriedades salutíferas (*pro salute*). Novamente temos dedicantes indígenas, embora já em fase mais adiantada de aculturação onomástica.

A epígrafe, hoje em paradeiro desconhecido, foi depositada na igreja de Santa Maria. Pela inexistência de nascentes termais em Monforte – apesar de um topónimo “Fadagosa” nas proximidades - será proveniente do balneário de Cabeço de Vide, com comprovada ocupação romana.

⁵⁰ Maloney, Stephanie (1995), “The early christian basilican complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)”. *IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: 449-458 (p. 452).

⁵¹ Lancha, Janine; André, Pierre (2000), *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. II Conventus Pacensis. 1. A villa de Torre de Palma*. Lisboa, 2 volumes. Referências à estrutura nas pp. 37; 89; 98; 107; est. XXXVI.

⁵² Bibliografia: IRCP n° 569; Caessa, Ana I. (1990), As ninfas: divindades locais? (a propósito de um artigo de Santos Júnior e M. Cardozo). *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*, vol. I, Lisboa, p. 143-149. A peça está na p. 144; RP 6/147.

XVI⁵³. Monte das Esquilas (Monforte, Monforte)

LARIBVS/ VIALIBVS / L • P • // LARIBVS/ POPILLIUS

Raro testemunho do culto aos Lares Viales, é proveniente da Herdade da Fonte Branca: *Continuando pela via imperial, 300 metros adiante das Esquilas, achamos, em um pequeno outeiro, e rente do caminho restos de volumosa silharia granítica dum templo romano, do qual exumei um altar, consagrado aos deuses dos caminhos, os Lares Viais [...]*⁵⁴. Dois aliciantes: a menção a uma estrutura de enquadramento da peça, para mais com elementos monumentais de silharia, e a proximidade a um troço de via, possivelmente o Itinerário XIV de Antonino, que neste ponto teria uma encruzilhada com um itinerário secundário, o que explicaria a escolha do local para deter este altar. Todavia, a prática agrícola no local terá fortemente destruído ambas as evidências. No terreno apenas é visível uma mancha de cerâmica de construção, pouco significativa e nada concordante com os indicadores que Saa observou.

XVII⁵⁵. Herdade da Defesinha (Ouguela, Campo Maior)

Q[...] P[...] D(eae) S(anctae) [Turubrigensi] /V(otum) Q(uod) F(ecit) A(nimo) L(ibens) [P(osuit)] / ... / E(x) M(onitu)

Mais um dos numerosos casos com que nos deparamos neste território de uma informação de proveniência aparentemente precisa, mas que na prática nada esclarece: *A ara tinha aparecido quando se arava com um tractor na Herdade da Defesinha*⁵⁶. No terreno deparamos com uma propriedade que se estende por várias centenas de hectares, e onde na área percorrida, constituída por extensos terraços fluviais, não se detectam quaisquer vestígios. Na margem oposta, no extenso arco entre Lapagueira, Malha-Pão e Pombinha, existem recolhas diversas de materiais que apontam para contextos de necrópole (epígrafe funerária) e de uma *villa*, cujos elementos arquitectónicos se encontram dispersos por vários montes na envolvente. É também óbvia a relação espacial com o itinerário da via XV, materializada nos impressionantes alicerces da ponte de N. Sr.^a da Enxara⁵⁷. Uma última nota para referir que o epíteto *Turubrigensis* é meramente especulativo, atribuído pelo autor da identificação.

⁵³ Bibliografia: Saa 1956: 292; RP 6/178; Encarnação, José d' (1995b), "A colecção epigráfica de Mário Saa no Ervedal". *Hymnitas* XLVII: 629-645.

⁵⁴ Saa, 1956: 292.

⁵⁵ Bibliografia: Diogo, António D. (1984), Ara votiva de Ouguela, Campo Maior (*Conventus Pacensis*). *FE* 8, nº 32.; RP 6/166.

⁵⁶ *FE* 8, nº 32.

⁵⁷ Ver, por exemplo, Alarcão, Jorge (2006), As vias romanas de *Olisipo a Augusta Emerita*. *Conímbriga*, vol. XLV, Coimbra, p. 211-251, referência na p. 230 com bibliografia.

XVIII⁵⁸. Santa Eulália [Santa Catarina] (Santa Eulália, Elvas)

VALGIVS / MARCI F(*ilius*) / ARAM BE / LLONAE / DE VOTO
[POS]V[I]T (?)

Atribuída genericamente a Santa Eulália, a notícia da sua descoberta é mais precisa: *Foi achada, em 1993, no leito seco da barragem do Caia, no meio das pedras que serviam de base ao altar, em ruínas, da antiga capela da invocação de Santa Catarina [...]. [...] esta capela assentava sobre construções romanas [...].*

Temos mais um dedicante indígena, embora apresente o nome latino *Valgius*, tal como o patronímico, *Marcus*. Neste caso estamos perante uma divindade latina, Belona, divindade associada à guerra e aos seus atributos, e assim aparentada com Marte, a cujo santuário esta ara se destinaria, e que apresenta numa área regional muito próxima (Trujillo) uma considerável concentração de epígrafes. Estando este monumento datado dos inícios do século I d.C., encontramos mais um caso de rápida assimilação de costumes e práticas latinas por parte da comunidade indígena.

Quanto ao sítio de proveniência, merece também um olhar atento. O templo foi objecto de restauros recentes que não deixam ler a relação estrutural com eventuais “construções romanas”. Todavia, são evidentes os materiais arqueológicos existentes ao longo de uma larga extensão, que se prolonga para a outra margem do regolfo da albufeira, semi-submersos nas zonas de cota mais baixa junto ao antigo leito do rio. Para além de estruturas habitacionais e de uma área de necrópole, existem ainda notícias sobre uma ponte antiga que permitia a travessia do antigo curso de água e que hoje naturalmente estará submersa. Não é no entanto possível perceber a que tipologia este sítio pertencerá embora, pela ampla área dos vestígios, possamos estar perante um povoado e não uma *villa*.

XIX⁵⁹. Termo desconhecido (concelho de Elvas)

SECVNDYTIV/S • VICTORIN[NVS • E] [?] / [...ENSIBVS?] / [PRO
SALVTE SVA?] / V(*otum*) • A(*nimo*) • L(*ibens*) • S(*olvit*)

Um caso onde se levantam fundadas dúvidas em relação ao contexto de proveniência. A peça foi depositada no Museu de Elvas, sem mais esclarecimentos. Dadas as dificuldades de leitura do texto, poderá haver uma ténue hipótese de ser a mesma epígrafe que Mário Saa encontrou *Entre Esquilas e S.ta Eulália, não longe do M.te de D. Miguel, apareceu uma ara consagrada à deusa Victoria*⁶⁰. Mas as

⁵⁸ Maciel, Tarcísio, Maciel, Justino, Encarnação, J. (1994), Ara a Belona, de Santa Eulália (Elvas) (*Conventus Emeritensis*). FE 46, n.º 207.

⁵⁹ Bibliografia: IRCP n.º 575.

⁶⁰ Saa, 1956: 195.

dúvidas são ainda mais amplas, estendendo-se ao próprio conteúdo: é possível que se trate de uma epígrafe dedicada por um Victorinus a um teónimo indeterminado.

XX⁶¹. Termo desconhecido (concelho de Elvas)

DEE SANCTE / BVRRVLOBRI[I] / [G]ENSI Q(*uintus*?) I(*ulius*?)
EM(*eritus*?) / [A(*nimo*)] • L(*ibens*) • V(*otum*) • S(*olvit*)

Leite de Vasconcelos refere que *estive no Museu de Elvas, onde vi uma lapide apparecida nessa cidade [...] (1905: 174)*, sem mais pormenores quanto à sua descoberta. Esta peça levou à especulativa hipótese de atribuição do topónimo *Burrolobriga* ao local de implantação da cidade de Elvas, cujo perfil de ocupação em época romana nunca foi devidamente esclarecido, mas efectivamente nada garante que a peça seja originária do núcleo urbano. Um dos raros exemplos em que temos um dedicante com *tria nomina*.

XXI. As aras a Proserpina na região de Elvas (concelho de Elvas)

XXI.1⁶². Fonte Branca (*Elvas*)

PROSERP(*inae*) / TONCIVS / [...] / [...]

XXI.2⁶³. Fonte Branca (*Elvas*)

DEAE PROSER/ PINAE [...] / RVSTRI V(*otum*) • L(*ibens*) • A(*nimo*) • S(*olvit*)

XXI.3⁶⁴. Termo de Elvas

Q(*uintus*) • HELVIVS / SILVANVS / PROSERPIN / AE • VOTVM / s(*uum*?) • NA(*imo*) L(*ibens*) • P(*osuit*)

XXI.4⁶⁵. Termo de Elvas

PROSER/ PINAE / SANCTAE / G(*aius*) • IVLIVS / PARTHENOP / AEVS • VOT(*um*) / QVOT[*sic*] • FECIT / A(*nimo*) • L(*ibens*) • P(*osuit*)

⁶¹ Bibliografia: IRCP nº 566.

⁶² Bibliografia: IRCP nº 574.

⁶³ Bibliografia: IRCP nº 573.

⁶⁴ Bibliografia: IRCP nº 570.

⁶⁵ Bibliografia: IRCP nº 571.

XXI.5⁶⁶. Termo de Elvas

PROSERPINAЕ / SERVATRICI / C(*aius*) • VETTIVS • SIL/ VINVS • PRO
 • EV/ NOIDE • PLAVTIL/LA • CONVIGE • SIBI / RESTITVTA • V(*otum*) •
 S(*uum?*) • A(*nimo*) • L(*ibens*) • P(*osuit*)

Conjunto de grande relevância cultural, embora com fundadas dúvidas em relação a três das epígrafes, unicamente mencionadas por André de Resende. As duas primeiras epígrafes são atribuídas ao sítio de Fonte Branca, enquanto as restantes foram imputadas a Vila Viçosa, mas é de supor que a proveniência seja a mesma, pois a identificação das primeiras concedeu credibilidade aos três exemplares resendianos.

Estranhamente o local tem passado ao lado da atenção dos investigadores, apesar do óbvio interesse que uma estrutura cultural deste tipo poderia representar, para mais com uma abrangência social patente nos testemunhos encontrados, onde temos indígenas, libertos e indivíduos integrados em esferas sociais mais elevadas, além de uma onomástica específica que denuncia, pelo menos, influências helénicas.

Sobre a localização de Fonte Branca, hoje um irrelevante subúrbio da cidade de Elvas, encontramos a referência no notável *Dicionário* de Vitorino d'Almada, esforço de labor individual que nunca logrou a dignidade que legitimamente merecia:

Fonte Branca (Torre da)

Atalaia de que resta uma só face, perto do sitio deste nome, à direita da estrada real para Badajoz. Foi provavelmente destruída pelos espanhóis na guerra da aclamação. Este paredão fica a 1106 braças do Outeiro do Paraíso e a 919 do do Ouradinho⁶⁷.

O local ainda hoje existe, com a estrutura arquitectónica referida por Almada marcando a paisagem. No terreno são evidentes os materiais cerâmicos indicadores de uma estrutura romana, à qual eventualmente se devem alguns taludes que são perceptíveis, marcando a micro-topografia do local. A alvenaria do edifício incorpora blocos de granito que terão pertencido a construções anteriores. No entanto, a existência de pontos de extracção de pedra e o uso moderno do solo não perspectivam uma boa preservação das eventuais evidências no subsolo, sendo evidentes os profundos revolvimentos que modernamente ocorreram na área (inclusivamente com a passagem de um canal de rega).

Mais uma vez a relação espacial e visual com um itinerário viário é óbvia, tratando-se possivelmente da via XII que cruzaria o Guadiana um pouco mais a Este, próximo de Alfarófia.

⁶⁶ Bibliografia: IRCP nº 572.

⁶⁷ Almada [s.d.] Vol. 18 - Fil-Fon, Manuscritos em depósito no Arquivo Municipal de Elvas.

XXII⁶⁸. Senhora dos Mártires (N. S. Mártires, Estremoz)

M(atrī) D(eum) S(acrum) // I(ulius) MAXIMI/ANVS A(nimo) L(ibens) P(osuīt) / PRO H(uius) M(onumentī) N(umini) E(rectionem) / PECVLIVM

Epígrafe de especial relevância, dado o facto de ser o único documento do culto à Deusa Cíbele, a *Magna Mater* geradora de prosperidade, que foi encontrado nesta região. Trata-se de um raro testemunho de um acto ervegético, visto que o dedicante – Iulius Maximianus, certamente um liberto com invejável poder financeiro – erigiu o monumento às suas custas, embora a interpretação do conteúdo epigráfico apresente algumas dúvidas.

O seu local de proveniência é um dos potencialmente mais interessantes desta zona, embora nunca devidamente tratado: [...] o achador [...] declarou que eles provinham da grande estação arqueológica da Senhora dos Mártires, a sueste de Estremoz, da qual faz parte o conhecido “Tanque dos Mouros”⁶⁹. Esta estrutura hidráulica, infelizmente quase ignorada, amputada e nunca devidamente valorizada, seria peça fundamental de um conjunto de sistemas hídricos ligados à actividade de extracção e transformação de mármore e ao abastecimento de um aglomerado urbano secundário, possível *vicus*, situado na envolvente da actual Igreja da Senhora dos Mártires. Este local apresenta uma dimensão cultural extremamente interessante, trazida sem dúvida por artífices de outras proveniências, conforme a presente epígrafe e um elemento escultórico algo bizarro comprovam. O sítio estaria também relacionado com a passagem da via XII do Itinerário de Antonino, sendo que possivelmente o monumento, pelas suas características teonímicas e culturais específicas, estaria colocado junto ao caminho, até para maior ostentação do nome do ofertante.

XXIII⁷⁰. Bencatel (Bencatel, Vila Viçosa)

FONTANO / ET • FONTANAE / PRO SALVT(e) • AL/BI • FAVSTI • ALBIA / PACINA • V(otum) • S(olvit) • A(nimo) • L(ibens)

A epígrafe tem sido genericamente atribuída a “Bencatel”, sem uma localização mais específica. Uma leitura mais atenta da notícia de recolha permite definir o seu contexto de proveniência: [...] a ara achou-se nos campos dos Vilares (Bencatel), no sítio da Acenha das Freiras, ao pé de uma fonte. [e em nota de rodapé:] Já

⁶⁸ Bibliografia: IRCP n° 440; RP 6/208.

⁶⁹ Almeida, J.M. e Ferreira, F.B. (1967), “Varia epigraphica”. *Revista de Guimarães* LXXVII: 47-69 (p. 47).

⁷⁰ IRCP n° 438; RP 6/245; Frade, Helena (1997), “Outros casos de estabelecimentos termiais romanos em Portugal”. *Termalismo Antigo (I Congreso Peninsular. Actas, Arnedillo – La Rioja, 1996)*. Madrid: 303-306, considerações nas pp. 305-306.

*ai estive. A fonte é terrenha, i. é, brota do chão. Podia ser transformação da antiga, caso ali tivesse tido, realmente, a sua sede o culto de Fontanus e Fontana. No terreno em volta vi muitos fragmentos de tegulas e pedras-mármorees aparelhadas; e soube também que ali apareceram moedas romanas*⁷¹. Em texto posterior, Mário Saa desloca um pouco para Leste o local de proveniência: [...] *O opus signinum, os fragmentos de tegula e imbrex, pedaços de silharia marmórea, e cacos de objectos do uso doméstico, dispersam-se, aí, numa área de dezenas de hectares, na margem esquerda do pequeno ribeiro, mas caudaloso, que, nascendo no lugar de Bencatel, aflui ao Lucefêcir, com 5 km. de curso. Move muitas azenhas. Nas suas origens há um terreno denominado as Fontanas. Na sua margem esquerda, 2 km. a juzante dos Vilares e do M.te da Galharda, houve uma ermida,, [sic] dedicada a St.a Ana, sucedânea dum templo romano consagrado aos deuses Fontanus e Fontana*⁷². A componente sacra do local é evidente: próximo de Aldeia da Freira encontra-se, ainda hoje, a Azenha da Saúde, e mais tarde constrói-se nas proximidades um edifício dedicado a Santa Ana, um dos hagiotopónimos que encontramos com frequência cristianizando locais de culto anteriores. A abundância de recursos hídricos (ribeira e poços) explica a invocação, embora aqui seja expressamente mencionada a propriedade terapêutica da água.

XXIV⁷³. Termo de Borba? (Concelho de Borba ?)

C(aius) • LICINIVS • VEGETVS / QVANGEIO • TVRICAECO / V(otum)
L(ibens) S(olvit)

Epígrafe completamente desgarrada de qualquer contexto arqueológico, pois foi encontrada em colecção de um antiquário de Borba, vila conhecida por esta actividade comercial em que os seus empenhados agentes têm grande alcance territorial na angariação de peças. O teónimo (aqui com um etnónimo inédito, *Turicaeco*) já é nosso conhecido, com ocorrências no extremo norte da área territorial aqui tratada. Ao contrário dos exemplos de Nisa, contudo, temos desta vez um dedicante com onomástica latina, o que pode indicar que esta epígrafe tenha sido encontrada em zonas mais meridionais, mas este elemento indica-nos também a abrangência social dos cultuantes e a capacidade que as divindades do “fundo indígena” teriam de captar públicos muito vastos. Portanto, pelo conteúdo, não é líquido, como afirma o autor, que *tenha sido achada nas proximidades da vila*.

⁷¹ Vasconcelos, José Leite (1905-1913), *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, I volume 1905: 256.

⁷² 1956: 122.

⁷³ Alfenim, Rafael (1991), “Ex-voto a Quangeio Turicaeco”. *FE* 38 n° 174.

XXV⁷⁴. Vale de Ourigo (Rio de Moinhos, Borba)IOVI [SA]/CRVM / [.] RA [.] O /IVS [...] / ON ANIMO/O LIBE(n)S PO(*suit*)

A epígrafe localizada mais recentemente, embora sem contexto arqueológico específico uma vez que foi localizada em colecção particular. Em Vale de Ourigo não se conhecem pontos de povoamento em época romana. Como no caso anterior, não é conhecida a sua proveniência.

XXVI⁷⁵. Pardais (Pardais, Vila Viçosa)SALUTI/PRO SALU/TE ACILI RU/FINI CANIE/IUS M(*erito*) A(*nimo*)
L(*ibens*)/ V(*otum*) S(*olvit*)

Designação genérica de “Pardais”, o aglomerado urbano sede de freguesia. No imediato entorno da localidade conhecem-se vários pontos de povoamento relacionados sobretudo com a actividade de exploração de pedreiras de mármore. Infelizmente a exploração contemporânea destruiu muitos desses sítios romanos, como o caso dos importantes povoados (duas *villae?* ou um *vicus marmorarius?*) de São Marcos e de Fonte Soeiro. Com a sua habitual eloquência, Saa localiza aqui a estação de *Ad Adrum Flumen* e descreveu o que ainda pôde observar: *A “cidade” dos Vilares⁷⁶, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A “cidade” desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinariamente impregnados de fragmentos de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladrilhos, objectos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como referem monografias locais⁷⁷.*

A ocupação antiga da zona de Pardais não tem sido suficientemente considerada, pois parece corresponder a um aglomerado de dimensões superiores às de uma *villa*, ou, em alternativa, trata-se de uma zona de povoamento disperso ocupando-se da exploração do mármore, pois existem numerosos locais onde foram noticiados achados de época romana. Os materiais depositados no Museu da Fundação Casa de Bragança são eloquentes, bem como os testemunhos obtidos no

⁷⁴ Cardim Ribeiro, José (coord.) (2002), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa, p. 422.

⁷⁵ IRCP nº 375. As dúvidas sobre a proveniência desta pedra que o autor indica ainda se mantêm, embora D. Fernando de Almeida seja peremptório na atribuição a este local: Almeida, Fernando de (1964), “Uma inscrição inédita, dedicada à deusa Salus.” *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 5: 454-459. Se acaso provém de Pardais, o contexto de proveniência será o que seguidamente se indica.

⁷⁶ “Vilares” é uma designação comum na toponímia da zona, geralmente associada a sítios de época romana; portanto não se refere ao anterior sítio de Bencatel mas, bem entendido, a um distinto.

⁷⁷ Saa, Mário (1956-1967), *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*. Lisboa, 6 volumes (vol. I 1956: 138).

local que permitiram confirmar a existência de estruturas, sepulturas e achados avulsos que as pedreiras e a própria aldeia foram lentamente obliterando.

[XXVI]⁷⁸. Pico de S. Mamede, Marvão/Portalegre

Além do extenso conjunto de locais onde a identificação de epígrafes votivas remete para a localização de uma dimensão sacra do local, existe, pelo menos, um outro onde uma estrutura votiva existiu: o ponto mais alto da Serra de São Mamede, sobre o qual impendem referências escritas que mencionam a existência de colunas e capiteis romanos que pertenceriam a um templo existente no cume. No local ainda se encontram alguns materiais arqueológicos de época romana, embora muito dispersos, até porque a dimensão arqueológica do local foi inevitavelmente ferida pela construção do complexo de antenas emisoras que ali se encontra. Todavia, apesar do silêncio epigráfico romano, é significativo que no local tenha sido recolhida uma inscrição árabe votiva com caracteres cúficos onde é reconhecível a menção *Allah*, reforçando a dimensão sacra visível na atribuição hagiotoponímica tão carregada de conteúdos.]

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em síntese, o elenco pode ser sistematizado da seguinte forma:

Concelhos		Divindades
Nisa	6	Quangeio Tango (3), Jupiter Repulsor (3)
Gavião	0	-
Castelo de Vide	2+1?	Andaeco (1)
Marvão	7	IOM (4) Ocrimira (1) Toga Alma (1) Génio (1)
Portalegre	0	-
Crato	1	IOM (1)
Alter do Chão	1	?
Ponte de Sôr	0	-
Fronteira	1 (?)	Ninfas
Arronches	1	Libera
Monforte	2	Lares Viales (1) Marte (1)
Avis	2	Fontano, Bande Saisabro

⁷⁸ Mendes, A.J. Caria e Goulart, Artur (1991), “A lápide árabe da Serra de São Mamede”. *Ibn Maruan* 1: 59-65; Oliveira, Pereira e Parreira n° 139.

Concelhos		Divindades
Sousel	0	-
Campo Maior	1	Dea Sancta (Atégina)
Elvas	8	Proserpina (5) Belona (1) Victoria (?,1) Ategina (1)
Estremoz	1	Cíbele
Borba	2	Quangeio Turicaeco (1) Jupiter (1)
Vila Viçosa	2	Fontano (1) Salus (1)

Os deuses velam, os homens sentem: conteúdos simbólicos

O panorama sugere múltiplas leituras, mas existe um ponto que merece ser destacado: como em tantas outras situações, estamos perante um quadro que não apenas reflecte uma realidade da época em estudo, mas sobretudo apresenta uma importante distorção causada pela geografia da investigação, situação que aqui deve ser particularmente sublinhada tendo em conta as ausências concelhias, justamente onde a atenção dos arqueólogos tem sido mais esporádica. Ou seja, em todas as análises que possam ser lançadas temos de ter em consideração que, independentemente das idiosincrasias culturais e religiosas inerentes à época em curso, estamos perante uma realidade geográfica insuficientemente conhecida e onde existem assimetrias e desequilíbrios fundamentais na investigação que condicionam as propostas interpretativas. Este aspecto deve ser realçado e é reforçado por outros campos de informação laterais: diversos suportes de informação votiva que aqui não foram considerados (em mosaico, esculturas, metais ou mesmo em lucernas, porque elementos dotados de significados e leituras mais dúbias) não contrariam esta leitura, antes a reforçam.

Em visão geral podemos considerar que, também neste campo, observamos a existência de duas grandes áreas culturais. Temos por um lado o âmbito noroeste, no arco de Avis, Ponte de Sôr, Gavião, Nisa, Castelo de Vide e Marvão, onde as epígrafes estão claramente vinculadas, quer no campo antroponímico, quer no teonímico, a um fundo cultural onde a romanização parece ter actuado de modo mais superficial ou epidérmica, exceptuando-se uma relevante adesão a Júpiter enquanto divindade tutelar (embora com contornos específicos, que devem ser lidos no âmbito da *interpretatio*). Da outra parte o bloco sudeste mais próximo de *Augusta Emerita*, mais multicultural, plenamente romanizado, aberto inclusive a influências alógenas, com divindades de âmbito oriental e dedicantes de onomástica grega (restando saber se por modismo ou por proveniência), configurando um universo cultural de sólida adesão à mundividência clássica muito ancorado em torno da capital provincial e fortalecido pelas vias que a colocavam em contacto com o Atlântico e o Mediterrâneo. Dito em discurso mais determinista, temos uma diferença entre o mundo que encontramos nas margens do Tejo e aquele existente no espaço da bacia do Guadiana, funcionando

esta como área de prolongamento natural das influências civilizacionais que irradiam a partir do aro emeritense, enquanto o primeiro se assume como foco de perduração indígena mais vincado epigraficamente (embora com significativas adesões de indígenas a divindades clássicas, e de elementos alógenos a divindades indígenas, denunciando uma *permeabilidade devocional* muito interessante, sendo que, ao invés, o aparente menor “entusiasmo devocional” clássico não deva ser lido como qualquer sintoma de resistência, ou nesse caso não teríamos, por exemplo, as epígrafes de Montalvão ou *Ammaia*).

No entanto, sublinhe-se sempre que a dimensão da amostra é ainda frágil, faltando-nos um conjunto de campos de análise que nos permitam fiabilizar este panorama. Por exemplo, em outras áreas geográficas já se torna evidente que “os conceitos “romano e indígena” [são] apenas categorias de análise relativas, que marcam limites extremos na interpretação de uma sociedade provincial, a qual, no caso da Lusitânia imperial, apresenta traços híbridos, sobretudo nas regiões do interior”⁷⁹. Esta situação deve alertar-nos para o facto de a curta dimensão da massa informativa disponível nos poder fornecer um quadro ainda muito simplista da situação, correndo o risco de generalizar em excesso ou de interpretar erroneamente a realidade.

Nesta leitura geográfica não deixa de ser interessante que, apesar das descontinuidades dos achados, bem como dos *espaços em branco* ainda existentes (que não sabemos se podem ser lidos como ausências na época ou meramente como a ausência do olhar de um arqueólogo que identificasse estas peças e as registasse) quer nas descobertas epigráficas, quer nos trabalhos arqueológicos, mesmo assim possamos encontrar uma distribuição relativamente homogénea, ou seja, por todo este espaço territorial vamos encontrando, em menor ou menor concentração, epígrafes ou conjuntos epigráficos com coerências intrínsecas muito evidentes. Na verdade, vinte e cinco registos de sítios devem ser considerados como um total relevante para uma área regional onde a investigação tem sido descontínua no tempo e no espaço. Sublinhe-se que temos um elenco mesmo assim significativo, demonstrando uma região de activa produção de documentos votivos, toda ela já trabalhada e moldada pela expressão votiva clássica.

Um dos aspectos mais interessantes reside na aparente osmose entre a religião clássica exógena e o fundo indígena. Este elemento já tem sido notado para outras áreas regionais e parece constituir um traço caracterizador da interacção votiva, quer no plano da divindade, quer dos homens que as cultuavam.

Em primeiro olhar, temos registados os diversos planos possíveis: divindades clássicas cultuadas por latinos e por indígenas, divindades locais cultuadas por latinos e por indígenas (embora sempre com uma plástica e um formulário latino).

⁷⁹ Beltrán Lloris, Francisco (2002), “A tríade capitolina na Lusitânia”. *In*: Ribeiro (coord): 105-109 (p. 107).

O que resulta, então desta leitura, parece ser um processo dinâmico de interação e de permeabilidade religiosa (nas gentes, nos deuses e nos cultos) que parece ter sido surpreendentemente rápido e que ao fim de poucas gerações se encontra fixado e implementado. Embora um antropónimo indígena nem sempre seja forçosamente sinónimo de uma cronologia precoce, parece certo que, como em outras situações, nomeadamente as de âmbito matrimonial e familiar, a interação foi rápida e frutuosa, forjando uma nova sociedade com identidades bem diferenciadas mas onde a adesão ao novo quadro vivencial foi conseguida através de um processo gradual e imparável. Agora, não nos equivoquemos: este encontro de vivências religiosas foi claramente emoldurado e formatado pelo cunho romano, e tal é evidente, quer na plástica votiva – em que os suportes epigráficos são completamente clássicos, no suporte, na grafia ou mesmo em certos elementos decorativos – quer nas estruturas materiais e arquitectónicas integradoras que podemos pressentir. Um bom exemplo, e ao qual regressaremos mais tarde, será o santuário de Endovélico em São Miguel da Mota, onde todas as materialidades até hoje encontradas estão consubstanciadas na *interpretatio* romana. Mesmo quando temos teónimos ou antropónimos indígenas, temos uma religiosidade que se move em quadros absolutamente romanizados.

Todavia, gera-se aqui uma questão: esse fenómeno pressupõe um momento de ruptura e re-elaboração mais violenta que em absoluto nos escapa, ou, de forma totalmente oposta (e porque essa ruptura poderia implicar um fenómeno de resistência ou oposição das comunidades locais), teríamos então uma continuidade que é simplesmente mascarada, remodelada pelo domínio romano, sem que nada de verdadeiramente significativo se alterasse para além das formas de expressão na gramática devocional? Na verdade, e este tema insere-se em debate historiográfico muito mais amplo, em última análise temos dois modos de ler uma realidade que só em parte podemos entrever. Estas duas leituras assentam na fractura entre uma perspectiva da investigação mais tradicional, ligada a uma versão mais *colonialista* do domínio romano (a romanização como imposição), e uma perspectiva contemporânea mais desestruturada e dialéctica na contemplação da realidade histórica (a romanização como interação, com diversos ritmos e expressões). Levando a leitura ao limite, a incapacidade de lermos a realidade histórica baseia-se, não nas contingências específicas da época ou na fragmentária amostra disponível, mas em tratamentos pré-conceituosos (no sentido etimológico do termo) que os historiadores foram cavando na realidade em análise. Neste caso concreto a incompreensão do entendimento da vivência sagrada é também fruto de uma intelectualização abusiva de domínios do sentimento religioso⁸⁰.

⁸⁰ Encarnação, José d' (1993), “*Interpretatio romana*. Quelques questions à propos de l'acculturation religieuse en Lusitanie”. *Lengua y cultura en la Hispania Prerromana. Actas del V coloquio sobre lenguas y culturas preromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: 281-287.

Regressando ao universo em análise, encontramos também uma relativa diversidade nas divindades cultuadas: temos o quadro pertencente ao panteão clássico, temos as divindades tutelares e abstractizadas, mas sobretudo temos um significativo lote de teónimos indígenas. Esta coexistência é bem visível no aglomerado urbano mais relevante nesta área regional, *Ammaia*, onde se manifestam estas convivências em todos os planos: o Génio do Município, Júpiter Ótimo Máximo e ainda Ocrimira (e Toga Alma, fora da cidade), todos cultuados pelos habitantes da cidade, que são sobretudo indígenas. No quadro geral torna-se revelador a ausência das divindades do panteão clássico, onde apenas encontramos Marte, e mesmo neste caso com particularidades específicas e associadas a atributos concretos.

A divindade tutelar, Júpiter, surge-nos sobretudo associada a aglomerados urbanos: as epígrafes de *Ammaia*, que curiosamente, quer na denominação de Optimo, quer na de Sacro, são sempre dedicadas por indígenas (em especial libertos), e também a dedicatória colectiva dos *vicani camaloc* [...]. Como já foi devidamente salientado por diversos autores⁸¹, esta situação poderá dever-se às vicissitudes da conquista, em primeiro momento devido à presença de um prolongado contacto com unidades militares que aqui terão operado ao longo de dois séculos, e após a pacificação com manifestações de lealdade das populações locais, eventualmente em contexto de transferência para núcleos urbanos agora fundados, como parece ser o caso da principal *urbs* e, eventualmente, o do *vicus*, se acaso conhecêssemos melhor a sua exacta localização⁸².

A implantação da religião clássica permitiu em determinados planos recobrir e reconverter anteriores cultos ligados às forças da Natureza. Como exemplo temos o caso de Pero Galego, onde o epíteto *Repvlsori* atribuído a Júpiter teria um efeito benfazejo, “no âmbito das divindades que se invocam para afastar os maus espíritos”⁸³ que seguramente seria atributo de uma anterior divindade tópica, manifestando-se aqui o mecanismo da *interpretatio*. Todavia, neste como em outros casos, o investigador tem a sua análise condicionada pelo facto de a expressão numérica das epígrafes em cada sítio ser relativamente baixa, e ainda pelo facto de o documento epigráfico ser em exclusivo a única via para a percepção da vivência religiosa do local. Quer isto dizer que não é possível perceber se neste (e em outros) santuário teríamos “percepções diferenciadas da divindade no seio da mesma comunidade”⁸⁴ havendo, nesse caso, dimensões muito mais individualizadas na dinâmica religiosa dos cultos ou se, ao invés, teríamos nestas regiões mais periféricas uma harmonia

⁸¹ Ver, por exemplo, Mantas, 2000: 405, e textos em Ribeiro, 2002.

⁸² Restando saber se no caso do *vicus* deveremos seguir a interpretação tradicional de um aglomerado de raiz indígena, ou as mais recentes que propõem uma fundação por colonos romanos. Para o caso em apreço, a invocação é dúbia.

⁸³ Encarnação, 1988: 20.

⁸⁴ Beltrán Lloris, 2002: 107.

religiosa que unificasse, até, comunidades de distintos substratos culturais. Também por este(s) motivo(s) (ainda) seria mais interessante conhecer o exacto local de proveniência das peças.

Quanto às divindades indígenas, há algumas linhas de força emergentes que convém realçar. Desde logo a variedade dos teónimos, que denunciam uma zona de grande vitalidade nas dinâmicas religiosas. *Ocrimira, Toga Alma, Quanceius, Andaeicus, Bande Saisabro* são numerosas manifestações desta realidade, à qual eventualmente se poderiam somar outras epígrafes que chegaram até nós já sem total legibilidade.

Outro elemento a destacar, e que não deve ser esquecido, é o facto de este panorama se estender para a província de Cáceres, onde as constantes se mantêm. Ou seja, temos uma mesma área cultural, de grande extensão territorial, actualmente dividida pelas fronteiras administrativas nacionais. Observando as duas áreas facilmente se conclui que existe uma relevante homogeneidade cultural, sendo de destacar a notável concentração de epígrafes votivas na área de Cáceres, denunciadora de uma vitalidade que em absoluto nos escapa e que seria de toda a utilidade poder relacionar com as redes de povoamento da época.

No fundo, a leitura geográfica transmite-nos um dos dados mais curiosos que emergem desta análise, necessariamente ainda muito indefinida face à precariedade da amostra disponível: na realidade, estamos perante uma área regional onde em absoluto quase tudo ainda desconhecemos, desde os lugares (quer urbanos, quer rurais) aos sistemas (padrões, densidades, organizações) e às hierarquias (organização da arquitectura e estratificação) do povoamento e da ocupação do solo em época romana (já para não mencionar as interacções a curta e média distância, ou nas várias dimensões da cultura material); mas este panorama não é impeditivo que se forme uma primeira noção das identidades locais, onde cada vez mais se vão definindo linhas de força, seja no ambiente votivo, nas unidades de povoamento ou mesmo no mundo funerário, que apontam para zonas regionais com perfis identitários muito distintos. Ou seja, mesmo sem conhecer em profundidade os universos essenciais à análise, em todos os sectores que parcelarmente vamos conhecendo aflora uma noção de coerência intrínseca no interior das principais áreas regionais, com perfis bem distintos (mais “romanizados”, mais “indígenas”, com linhas de força bem vincadas) mas não conflituantes. Usando uma linguagem pós-processualista, poderia utilizar os conceitos de territórios centrais, periféricos e ultra-periféricos, mas, como é óbvio, faltam numerosas dimensões de conhecimento para adoptar estas terminologias.

Um comentário para a notável abrangência social que os cultos demonstram. Aqui encontramos representados indígenas (em dimensão maioritária, sobretudo na área noroeste), cidadãos itálicos, indivíduos de outras proveniências (como a onomás-

tica helénica parece denunciar⁸⁵), e um significativo contingente de dedicantes de condição servil ou libertos. Neste último caso, tal não é surpreendente, pois é sabido que o estatuto de liberto era geralmente exaltado pelo próprio como forma de ostentação, na procura de um reconhecimento social da sua nova condição.

O que os deuses observam, os homens olham: conteúdos materiais

Concelhos		Vias	Tipo de Sítios
Nisa	6	?	Santuários (?)
Gavião	0	-	-
Castelo de Vide	2+1?	?	<i>Villa</i> e Santuário ?
Marvão	7	?	<i>Urbs</i> e Santuário
Portalegre	0	-	-
Crato	1	XV	<i>Vicus</i>
Alter do Chão	1	XIV	?
Ponte de Sôr	0	-	-
Fronteira	1 (?)	XIV	Balneário Termal
Concelhos		Vias	Tipo de Sítios
Arronches	1	XV	<i>Villa</i> (?)
Monforte	2	XIV	<i>Villa</i> e Santuário
Avis	2	?	<i>Villa</i>
Sousel	0	-	-
Campo Maior	1	XV	<i>Villa</i>
Elvas	8	XII	Santuário
Estremoz	1	XII	<i>Vicus</i>
Borba	2	XII	?
Vila Viçosa	2	XII	<i>Villa</i> ?

A heterogeneidade de estruturas integradoras das epígrafes é ponto merecedor de análise. Para além dos aglomerados urbanos (de primeira e segunda ordem) e de

⁸⁵ Este ponto já foi várias vezes mencionado ao longo do texto, e efectivamente, parece que não estamos perante um fenómeno de “modismo”, mas perante contingentes populacionais da metade oriental do Mediterrâneo, pois também na epigrafia funerária encontramos esta situação. Aliás, a presença destes indivíduos na metade sudoeste da área em apreço (que, não esquecendo, continua mais para Sul, pois no conjunto epigráfico de São Miguel da Mota também temos vários exemplos) poderá ser relacionada com as actividades de extracção de mármore no eixo Estremoz – Borba – Vila Viçosa, onde certamente teríamos artesãos especializados de distintas proveniências, mas também tem a ver com as dinâmicas de povoamento em torno da capital provincial e da sua circulação com o porto de mar atlântico.

villae, teríamos santuários ou mesmo complexos cultuais mais amplos, o que manifestamente merece uma atenção apurada na identificação das realidades de terreno, visto que estamos perante uma notável heterogeneidade nas estruturas integradoras dos testemunhos votivos. Tal simultaneamente constitui um aviso para o investigador, pois complexifica a forma de ler a realidade material no terreno (habitualmente formatada no “modelo-*villa*”, em especial se existe notícia de mosaicos, que logo funcionam como mecanismo deformador da análise, como aliás sucedeu em alguns casos em apreço).

Quero com isto dizer que não temos suficientes *modos de ler* as evidências encontradas no terreno do ponto de vista da sua transposição para as categorias terminológicas habitualmente empregues⁸⁶. Por outras palavras, no terreno não é discernível se estamos perante uma *villa*, um aglomerado urbano ou um santuário, e estes conceitos não são facilmente aplicáveis às expressões materiais visíveis no terreno, seja por excesso ou por defeito. Este desfasamento na correspondência entre o conceito utilizado pelo observador e a realidade material está longe de constituir novidade, mas é particularmente mais sentida em categorias de sítios onde fugimos ao, digamos, *enquadramento normativo* tradicional.

Do mesmo modo, a monumentalidade que seria expectável encontrar em estruturas deste universo, reforçada aliás por algumas notícias de identificação que salientavam elementos que actualmente já não constam da paisagem, não apresenta correspondência nos dias de hoje, com uma ou outra notável excepção. De um modo geral, é muito difícil relocalizar os presumidos locais de proveniência das peças, e quando tal é conseguido o panorama não é particularmente expressivo, ou pelos menos adequado às descrições das notícias de origem. A dimensão da perda, provocada ao longo dos dois milénios de diacronia, mas fortemente acentuada nos últimos anos, parece evidente e fortemente lesiva, mas deveria ser aferida com a realização de escavações arqueológicas nestes locais, algo que à excepção das *villae* “clássicas” (no sentido genérico e não diacrónico da palavra), não tem sido tentado, pois na região a atenção de escavadores tem-se centrado sempre nos mesmos modelos de povoamento, ignorando outras estruturas que também fariam parte

⁸⁶ Trata-se obviamente de um debate muito mais vasto, e por isso lateral ao propósito do presente artigo. De qualquer forma, sobre a manifesta dificuldade de adequarmos o profuso vocabulário latino com a diversidade das evidências materiais no terreno, ver alguns casos práticos em Lloyd, John & Barker, Graeme (1991), *Roman landscapes: archaeological survey in the mediterranean region*. London (Archaeological Monographs of the British School at Rome 2), em especial o contributo de J.P. Vallat: 10-17; também Barker, Graeme & Mattingly, David (eds.) (1999-2000), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes*. 5 volumes, London (onde encontramos vários casos regionais, mostrando as dificuldades de aplicação dos conceitos imperiais às paisagens concretas), ou ainda Gonzalez Roman, Cristobal, & Padilla Arroba, Ángel (eds) (2002), “La no ciudad en la Bética” *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*. Granada: 185-211 (sobre o carácter polissémico dos termos aplicados a uma realidade regional).

da paisagem. Escapam-nos ao registo estes sítios “invulgares” (à falta de melhor termo...) como os santuários.

Todavia, mesmo no caso das estruturas de povoamento, a caracterização do espaço de culto no seio do aglomerado habitacional ou populacional também não foi conseguida. Aparentemente temos três patamares: a cidade, sendo que em *Ammaia* ainda não decorreram escavações na estrutura de qualquer templo; no caso dos *vici* não se conhece de forma cabal a correspondência entre o conceito e a realidade arqueológica; e depois temos o caso das *villae* (sendo que algumas noticiadas como tal poderão, afinal, ser outra coisa), onde nunca uma epígrafe foi encontrada no seu contexto original, ficando por saber se teríamos um *lararium* doméstico ou uma estrutura autonomizada intra- ou extra-*pars urbana*. O facto de a maior parte das recolhas de epígrafes votivas ter decorrido nos finais do século XIX ou nos inícios da centúria seguinte (correspondendo, grosso modo, às acções de recolha de Leite de Vasconcelos, por via directa ou dos seus correspondentes) explica também esta, digamos, ausência de sensibilidade na descrição das condições contextuais.

Somos levados a pensar que, à semelhança de outras áreas da Península⁸⁷, existissem estruturas culturais específicas, sejam *sacellum*, *cella*, *fanum*, *temenos*, *asklepion*, *templum*, *aedes*, ou ainda com outras denominações, sob a forma de monumentos que sinalizavam a paisagem⁸⁸. A dimensão sagrada da paisagem em época romana seria certamente mais intensa do que aquela que tem vindo tradicionalmente a ser desenhada e encarada nos estudos de povoamento romano em diversas regiões. Para além dos templos privados, no interior das propriedades⁸⁹, teria-

⁸⁷ Em especial na Bética e em territórios interiores do Levante, com grande diversidade morfológica: em grutas, em abrigos ou ao ar livre. Ver um resumo da informação em Andrés Maria Adroher Auroux, António Lopez Marcos = El Impacto romano sobre los asentamientos ibéricos en la alta Andalucía: las intrabéticas septentrionales. In Gonzalez Roman & Padilla Arroba (ed.), *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*, Granada, Universidad de Granada, pp. 9-48, sobretudo nas pp. 23-26.

⁸⁸ O conhecimento das estruturas culturais peri-urbanas e rurais é substancialmente inferior ao dos templos urbanos. Sobre este tema ver Barton, Ian M. (1995), “Religious buildings”. Barton, J.M. (ed.), *Roman public buildings*. Exeter: 67-96; Mierse, W.E. (1999), *Temples and towns in roman Iberia*. Berkeley; Stamper, John W. (2005), *The architecture of roman temples: the Republic to the middle Empire*. Cambridge; AA.VV. (1992), *Templos romanos de Hispania*. Múrcia (Cuadernos de Arquitectura Romana 1). A obra fundamental sob o ponto de vista da descrição arquitectónica continua a ser a de Kähler, Heinz (1970), *Der römische Tempel, Raum und landschaft*. Berlin. Para os fenómenos de passagem para a Antiguidade Tardia, Caseau, Béatrice (1999), “Sacred landscapes”. In: Bowersock, Brown, Grabar (eds.), *Late Antiquity. A guide to the postclassical world*. Cambridge and London: 21-59.

⁸⁹ Plínio, o Jovem deixou-nos uma menção de um templo a Ceres que terá existido em uma das propriedades, explicitamente mencionando que tinha duas estruturas, separadas por uma estrada, sendo uma privada e outra com pórticos onde os visitantes poderiam descansar (*Epistola* IX.39). A construção destes templos e dos mausoléus privados vai ser incrementada ao longo da Romanidade, fenómeno relacionado com os processos de auto-representação e de perpetuação da memória dos proprietários

mos a sacralização de pontos sagrados na paisagem, feita pela instalação de altares, pela marcação de recintos ou pela colocação de mesas para banquetes festivos, situações que por definição não implicavam a construção de estruturas arquitectónicas duráveis. Outros casos são os templos construídos nas fronteiras administrativas de dois territórios, marcando a transição e o local de passagem⁹⁰. Mas no limite devemos considerar que a topografia rural estava toda ela definida por uma profunda sacralização vivencial, pois, como Catão nos deixou testemunhado, os próprios términos da propriedade deveriam ser marcados e purificados pelo ritual da *lustratio* ou por cerimoniais circumbulatorios definindo a *terminalia* da propriedade⁹¹, que, de preferência, deveriam ser posteriormente fixados através de uma estrutura arquitectónica. Portanto, a paisagem era toda ela etérea e carregada de múltiplos significados.

Aqui chegados, importa considerar que vestígios poderiam ser observáveis no terreno, servindo como, digamos, descodificador material da funcionalidade do sítio e isolando-o de outras categorias de povoamento. Idealmente, neste tipo de recintos poderão ser encontrados pequenas esculturas em pedra, cerâmica, terracota ou metal, ex-votos nos mesmos suportes, elementos arquitectónicos de maior dimensão, revestimentos parietais pictóricos ou em relevo, materiais cerâmicos específicos (como lucernas, queimadores de incenso ou pratos largos de bordo divergente, para as oferendas), entre outros elementos mais indiferenciados. Da mesma forma, a implantação costuma ser padronizada, ocupando os sítios altos, de grande visibilidade e destaque na paisagem, mas também próximo de recursos aquíferos ou ainda junto a vias.

Olhando para o Alto Alentejo, não encontramos este quadro. É óbvio que não seria expectável que nas prospecções realizadas fossem encontrados, por absurdo, elementos escultóricos à superfície. Também os elementos arquitectónicos em mármore – por exemplo, frisos, platibandas, molduras, arquitraves, cornijas, etc. – são mal conhecidos e, em geral, sistematicamente atribuídos a *villae*, não sendo

que encontramos reflectido também na esfera arquitectónica das *villae*. Kim Bowes (2006, “Building sacred landscapes: villas and cult”. In: Chavarría, Arce, Brogiolo, *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental. Anejos del Archivo Español de Arqueología XXXIX: 73-95*, em especial pp. 80-82) compara os templos existentes na Gália, onde a relativa distância a que se encontram do edificado principal sugere que poderiam servir como marcador de limites fundiários, com o que ocorre na Lusitânia, onde os templos estão na proximidade imediata da *pars urbana*. Todavia, esta situação não implica a não existência da primeira na região, apenas é sintoma do mau conhecimento que temos sobre os territórios fundiários e seus limites nesta área da Lusitânia.

⁹⁰ Caseau, Beatrice (2004), “The fate of rural temples in Late Antiquity and the christianisation of the countryside”. In: Bowden, Lavan, Machado (eds.), *Recent research on the Late Antique countryside*. Leiden- Boston (Late Antique Archaeology vol. 2), 105-144 (p. 106 citando fontes clássicas. Muitas das referências a estruturas destes tipos são já dos códices cristãos: 114 ss).

⁹¹ *De agricultura*, 141; surge também referida por Ovidio, *Fastos*, I, 669-670: *pagum lustrate, coloni,| et date paganis annua liba focis*.

perceptível se na prática provêm de outro tipo de sítios. No caso concreto das prospecções realizadas, apenas nos casos expressamente mencionados no catálogo se pode encontrar uma implantação canónica, mas em nenhum foram identificados indicadores de monumentalidade ou, sequer, concentrações de pedras ou cerâmicas que fizessem pensar em estruturas arquitectonicamente relevantes. De um modo geral, nas implantações atípicas (fora do modelo-*villa*) nada no terreno sugere uma pré-existência. Em muitos casos, não há, mesmo, qualquer evidência material, tornando a epígrafe no único testemunho de algo que terá existido no local e que agora não é reconhecível.

Olhemos para outros casos. Um exemplo particularmente interessante pode ser tomado a partir do testemunho mais relevante na Lusitânia, o outeiro de São Miguel da Mota (Alandroal), onde estava situado o santuário a Endovélico. Gabriel Pereira deixou-nos uma descrição da capela que ali existiu no século XIX: “aqui vemos um corpo central e dois latteraes mais estreitos, ambos divididos em tres cubiculos, que de modo algum lembram as capellas lateraes dos nossos templos mais modernos”⁹². A partir desta descrição sempre se supôs que o edifício recobriria um anterior templo, por esse motivo oculto ao seu olhar, mas que a compartimentação do edifício cristão de algum modo respeitaria, o que explicaria a sua planta mais inusual. As prospecções feitas no local no âmbito da Carta Arqueológica concelhia identificaram largas manchas de concentração de fragmentos cerâmicos, mas nenhuma estrutura. Todavia, um elemento chamou a atenção: as descontinuidades observadas na leitura topográfica, pois “no lado oriental do cabeço, são visíveis vários socalcos encerrando provavelmente restos de estruturas. No topo observa-se uma plataforma quadrangular onde deveria assentar o edifício do santuário”⁹³. Os posteriores trabalhos permitiram aumentar significativamente o leque de evidências no local, em especial na identificação de elementos pétreos reutilizados em várias estruturas recentes⁹⁴ e na definição de “uma densidade extraordinária de fragmentos de cerâmica, associados às já mencionadas descontinuidades de terreno”⁹⁵. A escavação que seguidamente foi realizada permitiu a identificação de um notável conjunto de realidades associadas ao uso votivo do santuário⁹⁶, embora todas em contexto secundário. Apenas as prospecções geofísicas permitiram, fi-

⁹² Pereira, Gabriel (1889), “O Santuario de Endovelico”. *Revista Archeologia. Estudos e Notas* 3: 145-149, em concreto p. 145.

⁹³ Calado, Manuel (1993), *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal, p. 61, nº 28.

⁹⁴ Guerra, Schattner, Fabião, Almeida (2005), São Miguel da Mota (Alandroal/Portugal) “2002. Bericht über die ausgrabungen im heligtum des Endovellicus”. *Madridrer Mitteilungen* 46: 184-234. (pp. 187-194). A prospecção permitiu identificar materiais mais “inesperados”, como ânforas (196-199).

⁹⁵ Guerra, A.; Schattner, T.; Fabião, C.; Almeida, R. (2003), “Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2): 415-479 (ver p. 426).

⁹⁶ *Idem*: 446 e ss.

nalmente, detectar um conjunto de indicadores no sub-solo, relacionados com os referidos patamares ou socalcos situados na encosta oriental. De acordo com estes resultados aqui estará o provável santuário, em lugar do topo do outeiro (sob a antiga igreja) como sempre se supôs. Ou seja, todos os pressupostos que a investigação foi lançando sobre o sítio foram re-equacionados e mesmo revertidos por um novo olhar trazido pelas prospecções geofísicas⁹⁷, percebendo-se afinal que o provável santuário estará ainda oculto, e os elementos móveis que foram sendo lentamente incorporados em contextos secundários dispersaram os olhares dos investigadores para outras zonas que, afinal, não terão correspondência com a localização original do recinto.

Esta relativa ausência de monumentalidade nos vestígios imediatamente perceptíveis é, por seu turno, contrastante com outra realidade não muito afastada, o provável santuário de *Carneus Calanticensis*, em Santana do Campo, Arraiolos⁹⁸. É certo que a igreja da localidade ajudou à preservação de parte substancial do edifício antigo, impedindo o seu total desmantelamento, mas é evidente a magnitude da estrutura arquitectónica, que certamente constituiria um imponente marco visual na paisagem. Todavia, e ao invés de São Miguel da Mota, neste local ainda não foram encontrados suficientes indicadores materiais móveis, funcionando os elementos embutidos no pano da igreja como marcador do local.

Portanto, enquanto no primeiro caso temos um santuário que foi *dialogando* com os investigadores através das estátuas e das epígrafes, que silenciaram as estruturas apenas visíveis a um olhar mais atento, no segundo caso temos uma massa arquitectónica impositiva, mas sem qualquer um dos componentes auxiliares.

O quadro que pode ser lançado para o Alto Alentejo é mais incerto. Em primeiro olhar, escassos são os sítios onde a visibilidade de estruturas ou materiais impressiona o visitante: desde logo o notável sítio de PaiAnes, que eventualmente poderá corresponder a um dos *santuários de terraços* já conhecidos, sendo que também em Fonte Branca se notam as discontinuidades topográficas, mas com dimensão muito mais reduzida. Nos restantes locais os indicadores são modestos ou, geralmente, inexistentes.

No entanto, olhando para o elenco, certamente algumas estruturas arquitectónicas de vulto deveriam ter existido: a concentração epigráfica de Júpiter Repulsor em Fonte da Feia (Nisa), o núcleo sacral da Senhora da Graça (Nisa), o conjunto de Júpiter Optimo Maximo em Marvão ou de Proserpina em Fonte Branca (Elvas) certamente implicariam a existência de um santuário ou uma estrutura albergadora

⁹⁷ *Idem*: 477.

⁹⁸ Schattner, Thomas G. (1999), “Die dorfkirche von Sant’Ana do Campo. Beobachtungen an einem ungewöhnlichen römischen temple”. *Madrider Mitteilungen* 40: 189-217.

do culto, como de resto já foi salientado⁹⁹. E outras estruturas auxiliares deveriam existir: considerando a homogeneidade formal dos testemunhos epigráficos, certamente teríamos nas proximidades oficinas de canteiro, as mesmas que laboravam também as estelas funerárias que ocorrem com grande originalidade nesta área geográfica. Aliás, o caso das ânforas encontradas em S. Miguel da Mota alerta-nos para a possibilidade de alguns destes locais terem “algo destinado a garantir alimentos para quem demandasse o local de culto”¹⁰⁰.

É também necessário ter em consideração que em vários destes casos elenca-dos a expressão do culto far-se-ia de modo muito mais difuso, sem necessidade de envolvente construída, pois o que se adorava era o próprio ponto de comunicação, contacto ou manifestação da divindade: o caso da fonte que brota do solo, ou do ponto alto, de destaque na paisagem, que quase permite ao devoto tocar o céu¹⁰¹. A proximidade com os deuses celestes, urânicos ou ctónicos faz-se no telúrico local de contacto, tratando-se de uma religiosidade vivenciada e individualizada onde os elementos materiais são em larga medida dispensáveis. Por estes (e outros) motivos não podemos imaginar uma paisagem polvilhada de templos construídos; poderíamos sim ter uma paisagem pontuada de *loci sacra* (ou pelo menos com uma dimensão simbólica muito mais intensa que a actual) sem que tal dimensão etérea implicasse a materialidade das estruturas que, de resto, será o cristianismo que virá a introduzir, tantas vezes de modo agressivo nesta área regional¹⁰².

⁹⁹ IRCP: 793-794 para os casos de Júpiter.

¹⁰⁰ Guerra, Schattner, Fabião, Almeida, 2003: 434. Alguns templos na Gália incluíam uma forma de *macellum* que funcionaria apenas em momentos relacionados com celebrações ou festividades, mas cujo afluxo de visitantes levava à construção de uma infra-estrutura de apoio prestando serviços aos devotos.

¹⁰¹ A sacralização dos lugares de manifestação das forças naturais é muito antiga, sempre foi combatida e dificilmente controlada: “Destruí todos os santuários em que os povos, por vós desalojados, tiveram prestado culto aos seus deuses, nos altos montes, nas colinas e debaixo das árvores frondosas. Derrubai os altares, quebrai os monumentos, queimai os bosques sagrados e abatei as imagens dos seus deuses; fazei desaparecer daquela terra a sua lembrança” (Deuteronómio: 12,2; em 1 Reis: 3,2-5 referem-se os “lugares altos” onde se “oferecia os sacrifícios e queimava o incenso”).

¹⁰² Considerando-se a sobreposição de templos cristãos a estruturas anteriores (fossem elas *villae*, templos ou outras realidades), ficando a funcionar estas igrejas e ermidas como novos marcadores da paisagem. Infelizmente este processo que começa a ser progressivamente mais bem conhecido para outros territórios ainda se encontra imperfeitamente definido para o Alto Alentejo, quer nas formas, quer nos ritmos de substituição (Carneiro, André 2002, “O fim do Império e a cristianização no território da *civitas ammaiensis*: mudança e continuidade no concelho de Fronteira”, *Ibn Maruan*, Marvão, 12: 135-157, e Carneiro, (no prelo) “Sobre a Cristianização da Lusitânia: novas reflexões a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas.” *A Cidade de Évora*; para outros territórios a esclarecedora bibliografia contida em Chavarria, Alexandra e Lewit, Tamara (2004), “Archaeological research on the Late Antique countryside: a bibliographic essay”. In: Bowden, Lavan, Machado (eds.), *Recent research on the Late Antique countryside*. Leiden- Boston (Late Antique Archaeology vol. 2), 3-51.

Quanto ao âmbito doméstico do culto nas *villae*, mais uma vez temos apenas a epígrafe votiva como único documento que nos permite aceder a esta dimensão. Até ao momento não foi identificado (ou interpretado como tal) qualquer *lararium*, sendo também desconhecida a existência de materiais móveis que pudessem ser relacionados com estes espaços. A única estrutura que pode ser enquadrada neste âmbito, mas sem expressão epigráfica, será o impressionante complexo interpretado como ninfeu na Quinta das Longas, em Elvas, restando saber se na dimensão mais cenográfica ou como efectivo local de culto.

Um ponto auxiliar à leitura, mas que importa mencionar, refere-se ao facto de termos nesta área regional (e à semelhança de outras) uma relação entre a implantação dos monumentos votivos e as principais vias que demandavam esta zona. Se o Itinerário de Antonino menciona três vias que percorriam a região ligando Lisboa a Mérida (o porto de mar e a capital provincial), encontramos efectivamente uma aproximação espacial entre o traçado destas, e de outras, vias, e os locais de proveniência de epígrafes. Em alguns casos, como o da Senhora dos Mártires em Estremoz, ou Fonte Branca em Elvas, a associação parece evidente, destinando-se as epígrafes, e as estruturas que as sustentavam, a servirem de elementos de agradecimento público (e no primeiro caso, de uma certa ostentação, sobretudo lida face à proveniência social do dedicante) sendo visualizadas por viajantes que pelo local passavam. Nestes casos importava analisar se estes monumentos estavam isolados na paisagem ou, como parece sugerir o caso de Elvas, fariam parte de estruturas mais amplas e plurifacetadas nos serviços que poderiam prestar. De qualquer forma, o contacto visual com o local de passagem, ou mesmo a sua ostensiva proximidade, é uma constante.

Face às condicionantes apresentadas não temos suficientes modos de estabelecer relações entre as epígrafes e os sítios arqueológicos de proveniência. A esta distância, a dimensão votiva desta zona parece-nos heterogénea e muito diversificada, restando saber se tal resulta de uma deformação de leitura ou se efectivamente se deve a uma religiosidade que não tinha práticas canónicas, sendo muito flexível, individualizada e dispersa pela paisagem. Seria importante perceber se o *facies indigenizante* que parece marcar a área noroeste terá correspondência na cultura material dos sítios arqueológicos, como em primeira leitura (mas sem suporte efectivo) se parece desenhar. Da mesma forma seria fundamental uma mais apurada caracterização dos sítios arqueológicos de proveniência, para percebermos que dimensão assumiria a sacralização da paisagem em área regional de tão diverso substrato votivo. E, entre outras perguntas, falta saber como se processaria a dimensão devocional do culto, ou seja, quem eram os cultuantes e quais as suas práticas votivas, e se existiria um enquadramento devocional, ou seja, se teríamos uma dimensão individualizada ou mais institucional (e, neste caso, o que tal implicaria).

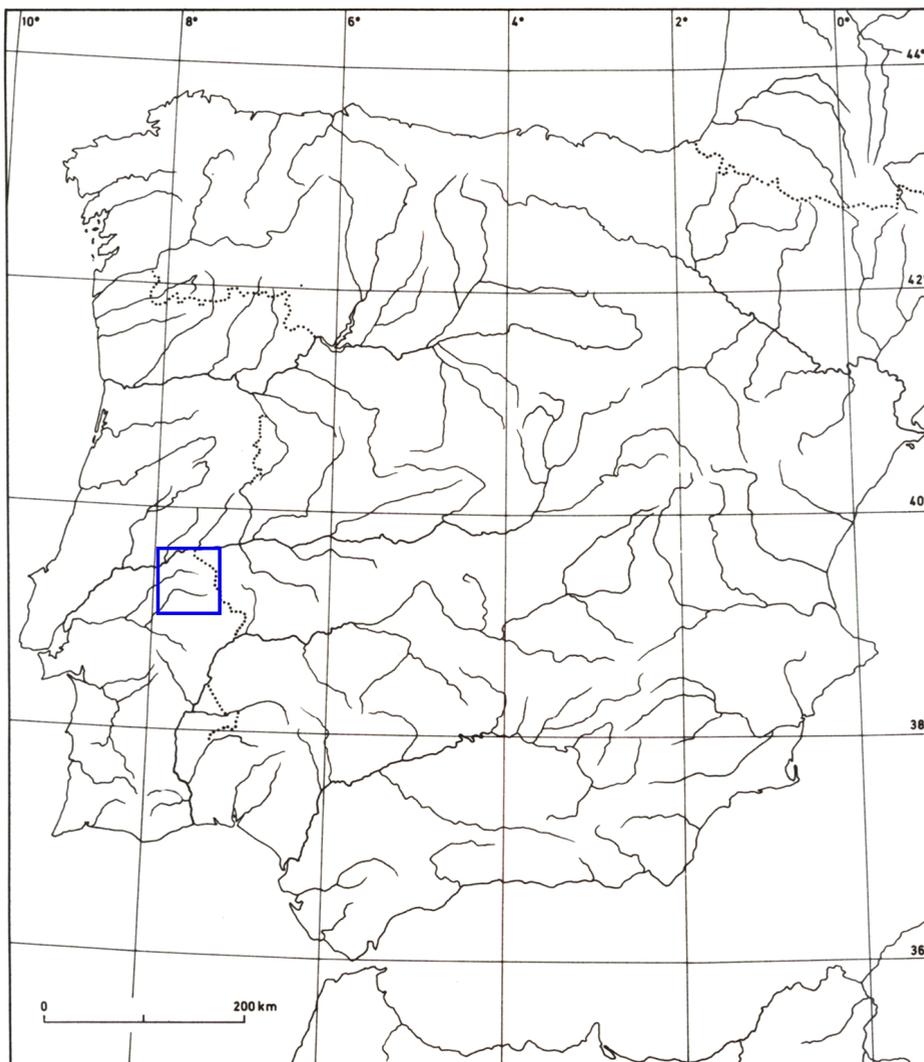


Figura 1: Localização da área em estudo na Península Ibérica.

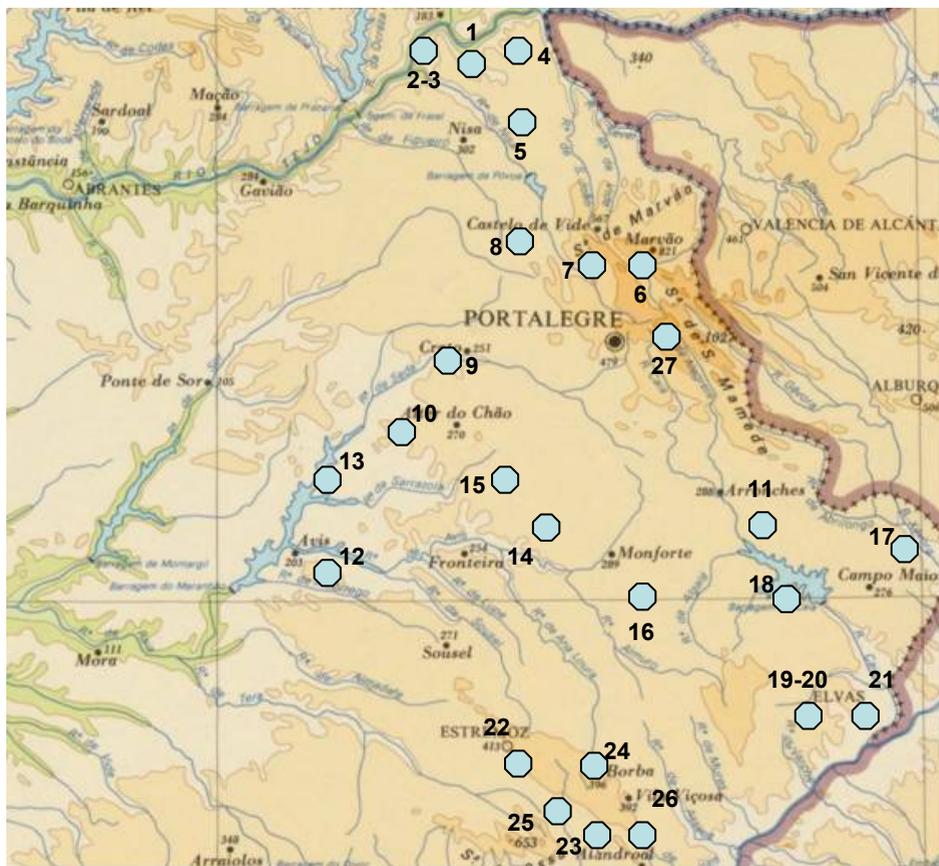


Figura 2: Localização dos sítios de proveniência das epígrafes.